

CTA-DF-1043/2020

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2020.

Ao Senhor
Antonio Carlos Berwanger
Superintendente de Desenvolvimento de Mercado
Comissão de Valores Mobiliários - CVM
Rua Sete de Setembro, 111 - 2º andar - Centro
20159-900 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: audpublicaSDM320@cvm.gov.br

Assunto: EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SDM Nº 3/20

Senhor Superintendente,

Cumprimentando-o, cordialmente, vimos, pelo presente, apresentar comentários e sugestões em resposta ao EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SDM Nº 3/20, que tem por objeto trazer alterações na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, que dispõe sobre informações, pedidos públicos de procuração, participação e votação a distância em assembleias de acionistas, em virtude, especialmente, da edição da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, que, dentre outras medidas, deu nova redação ao § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976, para permitir que a assembleia geral, preferencialmente, seja realizada no edifício onde a companhia tenha sede ou possa, "por motivo de força maior", ser realizada "em outro lugar, desde que seja no mesmo Município da sede e indicado com clareza nos anúncios", e incluiu um novo §2º-A, dispondo que a "regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários poderá excepcionar a regra disposta no § 2º para as sociedades anônimas de capital aberto e, inclusive, autorizar a realização de assembleia digital."

A edição da referida Medida Provisória se dá no âmbito da pandemia do Covid-19, e das medidas sanitárias e de saúde pública que vêm sendo adotadas no país, com especial preocupação no controle de aglomeração de pessoas em eventos, transportes públicos e outros, e com as orientações de distanciamento social, as quais, até o momento, se mostram como medida adequada para o controle da pandemia.

Feito esse breve introito, passamos a analisar a norma em questão, em duas partes distintas.

Inicialmente, pretendemos lançar comentários gerais à iniciativa e ao texto, contemplando as preocupações principais, em muito aplicáveis especificamente ao caso da Eletrobras, mas cujas preocupações certamente são extensíveis também a outras companhias abertas de seu porte.

Num segundo momento, pretendemos comentar dispositivos específicos da norma, sempre transcrevendo, dentro de quadros específicos, a redação proposta, e indicando a redação sugerida sempre destacadamente, em *itálico*.

A Eletrobras é uma companhia aberta, com ações negociadas na B3, NYSE (via ADR program) e Madrid Stock Exchange (via Latibex program).

Além disso, mister acrescentar que a sede da companhia se situa em Brasília-DF, enquanto o escritório geral situa-se no município do Rio de Janeiro-RJ, centralizando as reuniões de sua administração, além de outros escritórios regionais.

A partir dessas duas informações, desde logo surgem as preocupações decorrentes da necessidade de transporte dos principais executivos e dos colaboradores necessários à realização de qualquer assembleia, do Rio para Brasília, assim como, também, o engajamento de empregados na sede, em Brasília, para a adoção das medidas administrativas necessárias à realização do conclave.

Outrossim, num primeiro momento, parece que a própria participação dos acionistas, pelos mesmos motivos acima indicados, poderia estar prejudicada, caso a companhia mantivesse a realização da AGO de forma presencial ou mesmo híbrida.

Dessa forma, a faculdade apresentada pela Medida Provisória 931, de realização da AGO de forma digital, parece, desde já, uma solução que poderá evitar uma presença diminuta – quiçá insuficiente inclusive para instalação do conclave – de acionistas, gerando, assim, potenciais entraves à administração da Companhia.

Não obstante a solução parecer eficiente para fins de evitar o trânsito de pessoas e a realização da reunião física, entendemos que a regulamentação a ser editada pela CVM deveria, numa análise de impacto regulatório, levar em consideração, além da excepcionalidade, algumas questões técnicas específicas que, salvo melhor juízo, podem vir a frustrar, por completo, a própria intenção da Medida Provisória.

Listamos, abaixo, algumas preocupações que entendemos devam guiar a CVM em sua função de regulamentar tais assembleias:

- A despeito da previsão na ICVM 481/2009, o ineditismo quanto à efetiva participação de acionistas em AGs de companhias brasileiras, exceto via mecanismo de voto a distância;
- A ausência de ferramentas técnicas, no mercado brasileiro, que possibilitem, de forma comprovadamente eficiente, a identificação do acionista ou procurador constituído, o controle de acesso do acionista e indevido compartilhamento com terceiros, o acompanhamento dos debates, a manifestação, a votação e a assinatura eletrônica, o que, salvo melhor juízo, será indispensável para a realização das AGs digitais;
- A limitação, presente em todas as ferramentas tecnológicas disponíveis, quanto ao número de participantes logados, simultaneamente;
- A dificuldade de controle de divulgação, em tempo real, das informações e debates, possibilitando, inclusive, o uso abusivo de tais informações;

Elvira

- O potencial custo das ferramentas disponíveis;
- A dificuldade de controle do presidente da mesa sobre as manifestações, e a possibilidade de tumulto das discussões, sobretudo com uso da palavra para declarações fora do contexto da ordem do dia da AGO;
- A necessidade de estabilidade nas redes de dados, e a dificuldade de sua manutenção por parte das Companhias;
- A despeito de incentivar o ativismo societário, o potencial prolongamento indesejável da AGO, considerando a disponibilidade dos mecanismos tecnológicos e maior facilidade de engajamento abusivo, especialmente em companhias com base acionária significativa e dispersa;
- As dificuldades, na assembleia total ou parcialmente digital, de parametrizar as expectativas dos acionistas frente às suas prerrogativas em assembleias físicas;
- O fardo das responsabilidades impostas à Administração e aos órgãos técnicos da companhia, sobre fatos/atos ingerenciáveis que integram a estrutura de uma assembleia digital, que podem lhe render posteriormente a abertura de Processos Administrativos Sancionadores no âmbito deste Regulador;
- A complexidade e sofisticação dos mecanismos necessários à realização ótima do conclave digital pode impactar a segurança jurídica que se espera das AGOs, sobrecarregando Regulador e Judiciário com questionamentos, inclusive, com mudança do perfil temporal de eventuais impugnações – prévias ou *ex post* imediatas na órbita do Regulador para judicializações mais demoradas ou no limiar do marco prescricional do art. 286 da LSA, fato extremamente prejudicial à companhia considerando que a AGO reflete o palco por excelência do exercício dos direitos essenciais dos acionistas, a exemplo da fiscalização sobre os negócios sociais e participação no resultado.

Feitas essas considerações, faremos algumas sugestões e observações com relação a alguns dispositivos pontuais, previamente transcritos.

Art. 1º. [...]

“Art. 4º Do anúncio de convocação de assembleias deve constar, obrigatoriamente:

(...)

II – caso, por motivo de força maior, a assembleia não seja realizada no edifício onde a companhia tem sede, **informação destacada** sobre o local em que a assembleia será realizada, que deverá ser **no mesmo Município** da sede;

O inciso II acima transcrito, da proposta, transcreve, quase que *ipsis litteris*, a previsão já contida no art. 124, §2º, da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela MP 931/20. A alteração se dá, de fato, no uso do termo “destacada” pela norma da CVM, em vez da “clareza” exigida pela norma legal.

Elvira

Dessa forma, entendemos que o texto, para não causar confusão, deveria manter o mesmo teor da norma legal, uma vez que não há uma definição específica, nas normas, do que seria uma informação “destacada”.

Como alternativa, sugere-se detalhar, na norma, o que a CVM entende como destaque da informação (colocar em negrito, em parágrafo específico, entre outros, por exemplo).

Outrossim, entendemos que a CVM está deixando de utilizar a possibilidade de as companhias poderem escolher realizar as assembleias em locais distintos do município da sede, quando houver caso fortuito e força maior.

Veja que o texto da Medida Provisória claramente possibilita à CVM, em regulamentação, excepcionar a regra que exige que seja no município da sede:

“§ 2º A assembleia geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar, desde que seja no mesmo Município da sede e indicado com clareza nos anúncios.

§ 2º-A Regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários poderá excepcionar a regra disposta no § 2º para as sociedades anônimas de capital aberto e, inclusive, autorizar a realização de assembleia digital.”

Portanto, dessa forma, parece que a CVM possui essa discricionariedade e, dessa forma, poderia autorizar que a realização possa ser, motivadamente, em outros locais, por exemplo, outros escritórios e filiais da companhia, o local de maior negociação de suas ações, ou, ainda, em localidade que tenha significativa base acionária. Com efeito, a regra ordinária de realização na sede, ou, excepcionalmente, nos limites do respectivo município, tem por escopo não dificultar a efetiva participação dos acionistas no conclave, o que, nos casos de assembleia física ou híbrida, não parece ser comprometida se for a AGO realizada nos citados locais.

Além disso, importante registrar que a necessidade de mobilização de recursos humanos a dificuldade atual de deslocamento, existindo, inclusive, o risco de descumprimento, pelas companhias abertas, de recomendações dos governos estaduais, do Governo Federal e da OMS (Organização Mundial da Saúde), considerando, *in casu*, que a sede da Eletrobras está em Brasília/DF e o escritório central no Rio de Janeiro/RJ.

Sugerimos, assim, a seguinte redação para o dispositivo:

Art. 1o. [...]

"Art. 4º Do anúncio de convocação de assembleias deve constar, obrigatoriamente:

(...)

*II – caso, por motivo de força maior, a assembleia não seja realizada no edifício onde a companhia tem sede, informação **clara** sobre o local em que a assembleia será realizada, **que poderá ser, motivadamente, em unidade administrativa da companhia, na sede da Bolsa em que negocie suas ações ou local em que tenha significativa base acionária, conforme deliberação dos seus órgãos de administração***

III – caso seja admitida a participação a distância por meio de sistema eletrônico de participação a distância, nos termos do art. 21-C, § 2º, inciso II, alínea "b", informações detalhando as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar, inclusive com limitação de tempo para manifestação, e votar a distância na assembleia, e se a assembleia será realizada parcial ou exclusivamente de forma digital.

IV – que, nas assembleias parcial ou exclusivamente digitais, o anúncio de convocação deve conter informação no sentido de que compete aos acionistas, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestar à companhia a intenção de fazer uso da palavra, nos termos do inciso III, com precisa identificação do escopo e estrita pertinência de sua manifestação relativamente ao(s) assunto(s) da ordem do dia.

§ 4º – Não se valendo da prerrogativa do inciso IV, poderão os acionistas registrar por escrito sua manifestação, na forma do art. 21-C, § 1º, IV desta Instrução.

A sugestão acima tem, também, o espírito de conciliar a necessidade de franquear aos acionistas uma "reasonable opportunity to participate", como preveem as legislações de Delaware e Virginia, com imposições pragmáticas que serão enfrentadas pelas companhias, especialmente de grande porte e dispersão acionária, para implementar as ferramentas tecnológicas das Assembleias Digitais de modo a não frustrar a expectativa de acionistas quanto à equivalência substancial de sua participação em conclaves físicos.

Nesse sentido, a diretriz do *Best Practices Working Group for Online Participation in Annual Meetings* assevera com propriedade que:

Generally, members of the group agreed that companies electing to allow online participation in meetings of shareholders should employ safeguards and mechanisms to protect the interest of shareholders and to **ensure that such companies are not using technology to avoid opportunities for dialogue that would otherwise be available at an in-person shareholder meeting**" (grifos apostos, *Guidelines for protecting and enhancing online shareholder participation in annual meetings*).

O direito ao uso da palavra, embora essência da Assembleia, enfrenta as balizas da pertinência à ordem do dia e da racionalização procedimental, cabendo ao presidente da mesa policiar intervenções descabidas que desvirtuam por inteiro a finalidade do conclave, sendo inconteste

que tal prerrogativa é enfraquecida ou mesmo se perde no ambiente de assembleias digitais. Daí a necessidade de regulamentação/limitação ao uso da palavra, ponderando-a com outros princípios que regem o bom e regular trâmite das Assembleias. Ademais, não se deve subestimar o aspecto psicológico do diálogo assemblear presencial, quando o acionista sente-se deveras mais impelido ao comportamento racional e nos estreitos limites da Assembleia. A blindagem tecnológica, assim, não deve permitir que o caos tome conta da Assembleia, em nome de um suposto incremento do ativismo e democracia societários.

Art. 1º. [...]

“Art. 4º § 2º Considera-se exclusivamente digital a assembleia geral na qual os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância **ou** participar por meio dos sistemas eletrônicos (art. 21-C, § 2º, II).”

Solicitamos esclarecer se o uso da conjunção “**ou**” possibilita a realização de uma assembleia digital exclusivamente com o voto proferido por boletins de voto a distância.

Salvo melhor juízo, da leitura parece ser possível fazer uma assembleia geral na qual os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância, sem a possibilidade de participação presencial, a critério da Companhia.

A interpretação do dispositivo em questão contradiz, em nossa visão, o comando contido no art. 21-C, § 1º, IV, da minuta, que determina que o sistema contenha ferramenta de registro dos votos dos acionistas. Assim, sugerimos que, ao inciso VI, seja incluído o seguinte trecho:

*“IV – o registro dos respectivos votos, **salvo se o edital previr que os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância**”*

Outra alteração sugerida seria no inciso II do § 2º, para deixar claro que referido inciso se aplicará quando o edital previr que os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância:

§ 2º Caso disponibilize sistema eletrônico para participação a distância na assembleia, a companhia deve:

(...)

II – dar ao acionista as seguintes alternativas:

*a) de simplesmente acompanhar a assembleia, **caso o edital tenha previsto que os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância; ou***

Com essas observações, entendemos que ficaria mais clara a opção regulatória da CVM, de possibilitar às companhias exigir que o voto se dê por boletins de voto a distância.

Entretanto, caso não seja esse o entendimento, entendemos ser pertinente alterar o dispositivo para sanar qualquer dúvida interpretativa, sugerindo-se, nessa direção, a seguinte redação:

"Art. 4º (...)

§ 2º Considera-se exclusivamente digital a assembleia geral na qual os acionistas somente podem enviar os votos por boletins de voto a distância ou conforme ferramenta de registro prevista no art. 21-C, § 1º, IV, e participar por meio dos sistemas eletrônicos (art. 21-C, § 2º, II)"

Ainda no art. 4º, sugerimos a inclusão do seguinte parágrafo 4º, para que a CVM autorize, em Assembleias digitais, a possibilidade de cômputo de presença para todos os participantes remotos, inclusive para aqueles que hoje necessitam obrigatoriamente comparecer fisicamente:

- 1 Administrador (artigo 134, LSA);
- Auditores Independentes (artigo 134, LSA);
- 1 Conselheiro Fiscal (art. 164, LSA);
- Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário (ICVM nº 308/99); e
- Presidente e Secretário da AGO (artigo 128, LSA).

§ 4º Considera-se presente em assembleia geral integralmente digital, para todos os efeitos desta Instrução, acionistas, procuradores ou representantes da companhia que registrarem a distância sua presença." (NR)

"Art. 5º

§ 1º A companhia pode solicitar o depósito prévio dos documentos mencionados no anúncio de convocação, se o estatuto o exigir, devendo ser admitido o protocolo por meio digital.

§ 2º O acionista pode participar da assembleia desde que apresente os documentos até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente." (NR)

Da forma como redigido, o dispositivo impõe excessivo risco à companhia de receber documentos que não retratem a realidade do acionista legitimado a participar e votar na Assembleia, portanto, indiretamente, sobre os próprios quóruns de instalação, deliberação e votação do conclave, gerando um ambiente de insegurança jurídica.

A sugestão abaixo visa mitigar esse risco, e corresponsável ônus de controle pela companhia, transferindo parcela da responsabilidade pela integridade da Assembleia ao acionista, eis que também destinatário/beneficiário da MP 931 e da presente regulamentação pela CVM.

Art. 1º. [...]

"Art. 5º. (...)

*§ 1º A companhia pode solicitar o depósito prévio dos documentos mencionados no anúncio de convocação, se o estatuto o exigir, devendo ser admitido o protocolo por meio digital, **competindo ao acionista certificá-lo por instituição reconhecida no mercado, sob pena de recusa justificada pela companhia.***

*§ 2º O acionista pode participar da assembleia desde que apresente os documentos até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, **na forma do § 1º**, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, salvo em caso de assembleia digital em que os documentos poderão ser requeridos pela companhia com antecedência de até 72 horas.."*

Art. 1º. [...]

"Art. 21-C. (...) § 1º: "O sistema eletrônico a que se refere o caput deve **assegurar**, no mínimo:"

O termo **assegurar** comporta uma noção de obrigação de resultado, impondo à companhia uma responsabilidade desproporcional ao regime excepcional de assembleias digitais, que têm claro componente de imponderabilidade/imprevisibilidade de intercorrências operacionais, a despeito de toda diligência tomada pelos administradores para mitigá-las. Nesse sentido, sugere-se o seguinte texto:

"Art. 21-C. (...) § 1º: "O sistema eletrônico a que se refere o caput deve **ser estruturado para atender**, no mínimo:"

Art. 1º. [...]

"Art. 21-C. (...) § 1º

(...)

II – a autenticidade e a segurança das comunicações durante a assembleia;"

As comunicações não dependem exclusivamente do sistema, mas também dos prestadores diversos de serviços públicos de transmissão de dados, sejam as companhias de telefonia celular, empresas de internet por banda larga, entre outros.

Portanto, o domínio integral da situação não está atrelado ao sistema, podendo, por diversos fatores, não ser possível o pleno acompanhamento pelos acionistas, e não necessariamente em razão de fatores atribuíveis ao sistema e, portanto, à Companhia.

Dessa forma, entendemos que deveria haver algum fator mitigador nesse dispositivo, inclusive para se reduzir o risco das companhias e de seus diretores em potenciais futuras responsabilizações administrativas perante a CVM, tendo em vista, inclusive, que o art. 34 da Instrução 481 considera infração grave o descumprimento do disposto no art. 21-C.

Essa situação é completamente distinta de qualquer evento que ocorra na própria sede da companhia, quando da realização de uma assembleia presencial, haja vista a inexistência de fatores externos que possam influenciar, com difícil comprovação, na realização da assembleia.

Art. 1º. [...]

"Art. 21-C. (...) § 1º

(...)

IV – o registro dos respectivos votos;

Já que esta Audiência Pública, objetiva "(...) ajustes pontuais, propostos em caráter excepcional, com o intuito de dar uma resposta rápida a alguns dos desafios impostos pela atual pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, às companhias abertas (...)", sugere-se a inclusão desta excepcionalidade para viabilizar a ocorrência de assembleia integralmente digital em companhias de grande porte, com ampla base acionária:

"Art. 21-C.

.....

§ 1º

IV – o registro dos respectivos votos, sendo que, em casos excepcionais de calamidade pública ou emergência, exclusivamente por meio de boletim de voto à distância;"

Art. 1º. [...]

"Art. 21-C. (...) § 1º

(...)

V – a **gravação integral** da assembleia.”

Sobre a questão da gravação, ainda que o fundamento tenha sido a análise de algumas jurisdições, a Lei já não exige o registro das discussões nas companhias presenciais – sendo suficiente a ata, que pode, até, ser redigida em sumário.

Ou seja, o instrumento legal para registro do que ocorreu na assembleia é a ata, cujo tratamento legal está no art. 130 da LSA. Assim, salvo melhor juízo, eventual exigência de gravação deveria ter sido objeto de alteração específica legislativa nesse dispositivo.

Nos parece que os motivos que indicam a gravação, caso permanecessem, deveriam atingir todas as assembleias – não só as assembleias digitais. Com efeito, não vislumbramos discrímen que justifique o recurso à gravação nas Assembleias Digitais e não nas físicas.

Assim, nos parece que essa exigência é exagerada e desproporcional, inclusive por não se alinhar ao disposto no art. 130 da LSA, sendo, pois, sugerida sua exclusão.

Ademais, não há clareza sobre (i) a necessidade de auditar e transcrever a gravação, (ii) a responsabilidade da companhia pela sua conservação e por quanto tempo, (iii) a de vulnerabilidade da companhia a ações judiciais de exibição, (iv) a viabilidade jurídica de acesso pelos acionistas (e.g. uso restrito da companhia, acesso amplo, acesso, por analogia, na forma do art. 105 da LSA), (v) a instabilidade jurídica da AGO durante o prazo prescricional do art. 286 da LSA – eventos que atestam que o regime de gravação dos conclaves digitais não se conforma à calibragem feita pela LSA entre confidencialidade e *disclosure* dos atos realizados AGs.

Art. 1º. [...]

Art. 21-C (...)

§ 2º Caso disponibilize sistema eletrônico para participação a distância na assembleia, a companhia deve:

I – manter serviço de auxílio técnico, inclusive em tempo real, para sanar dúvidas de acesso ou uso do sistema; e

Entendemos que esse dispositivo, ao deixar de delimitar o escopo do serviço de tempo real, pode trazer onerosidade excessiva para as companhias, devendo, pois, ser delimitado seu escopo.

Nesse sentido, vislumbramos que o serviço em questão deva ser prévio à assembleia e, também, que seria boa prática a companhia lançar um manual a respeito.

Elvira

O auxílio em tempo real deveria se referir apenas a falhas na conexão.

Propomos, para o dispositivo, a seguinte redação:

I – Disponibilizar, junto ao anúncio da convocação, Manual de Orientação ao Acesso e Uso do Sistema Eletrônico ("MANUAL"), assim como correspondente serviço de auxílio técnico durante os 5 (cinco) dias que antecederem a AGO;

II – manter serviço de auxílio técnico, inclusive em tempo real, para sanar exclusivamente problemas operacionais de queda ou precariedade de conexão, desde que o acionista firme perante a companhia, previamente à AGO, termo de responsabilidade de que possui equipamento que atenda às recomendações previstas no MANUAL.

Art. 2º Exclusivamente no ano de 2020, todas as companhias abertas poderão realizar suas assembleias gerais ordinárias de modo exclusivamente digital, ainda que não tenham fornecido, no anúncio de convocação, as informações exigidas nos incisos II e III do artigo 4º da Instrução CVM nº 481, de 2015, desde que, com antecedência de 5 (cinco) dias da realização da assembleia, tais informações sejam fornecidas aos acionistas por meio de comunicado de fato relevante, observado, de resto, o disposto na referida Instrução.

Entendemos que, ante o momento especial da pandemia do Covid-19, e o curto prazo para adaptações e escolhas de empresas para participação, que o eventual descumprimento dos incisos I a V do Art. 21-C não seja, para o ano de 2020, motivo para instauração de processo administrativo sancionador.

Esse período de adaptação é essencial para dar aos administradores das companhias a certeza de que os erros e problemas porventura decorrentes da adoção dos sistemas – os quais, como dito, ainda não se encontram disponíveis – não vão gerar processos que, por si só, já trazem em si uma carga punitiva, ainda que, ao final, haja a absolvição por parte do Colegiado da CVM.

Nesse contexto, sugerimos a inclusão de parágrafo único ao art. 2º desta ICVM:

"Art. 2. (...) § único: "Exceto por fraude, simulação ou dolo, a CVM determina que não haverá instauração de processos administrativos sancionadores relacionados a eventos de natureza operacional das Assembleias Digitais que, em qualquer medida, tenham frustrado ou comprometido o exercício de direitos e faculdades pelos acionistas"

Por fim, sugere-se inclusão de regulamentação específica para o disposto no Art. 127 da LSA¹, que trata do "Livro de Presença", nos termos abaixo, visando viabilidade de Assembleia integralmente digital:

"Art. 21-Z. Antes de abrir-se a assembleia, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

Parágrafo único. Em caso de assembleia digital, a assinatura do presidente da mesa e do secretário da assembleia poderá ocorrer por meio de certificado digital.

Essas foram, portanto, as sugestões e comentários que julgamos pertinentes, e que levamos a esta CVM, buscando contribuir com a edição de uma norma sólida e assimilável pelas companhias abertas.

No ensejo, renovamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Elvira Cavalcanti Presta
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

¹ "(...) Art. 127 Antes de abrir-se a assembléia, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

Parágrafo único. Considera-se presente em assembleia geral, para todos os efeitos desta Lei, o acionista que registrar a distância sua presença, na forma prevista em regulamento da Comissão de Valores Mobiliários. (...)”